

II

(Atos não legislativos)

REGULAMENTOS

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2019/1162 DA COMISSÃO

de 1 de julho de 2019

que altera os anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 206/2010 no que diz respeito aos modelos de certificados veterinários BOV-X, OVI-X, OVI-Y e RUM e às listas de países terceiros, territórios ou partes destes a partir dos quais é autorizada a introdução na União de determinados ungulados e de carne fresca

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta a Diretiva 2002/99/CE do Conselho, de 16 de dezembro de 2002, que estabelece as regras de polícia sanitária aplicáveis à produção, transformação, distribuição e introdução de produtos de origem animal destinados ao consumo humano ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 8.º, n.º 1 e n.º 4, e o artigo 9.º, n.º 2, alínea b), e n.º 4, alínea b),

Tendo em conta a Diretiva 2004/68/CE do Conselho, de 26 de abril de 2004, que estabelece normas de saúde animal referentes à importação e ao trânsito de determinados animais ungulados vivos na Comunidade e que altera as Diretivas 90/426/CEE e 92/65/CEE e revoga a Diretiva 72/462/CEE ⁽²⁾, nomeadamente o artigo 6.º, n.º 1, o artigo 7.º, alínea e), e o artigo 13.º, n.º 1, alínea e),

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (UE) n.º 206/2010 da Comissão ⁽³⁾ estabelece, entre outros, os requisitos de certificação veterinária para a introdução na União de determinadas remessas de animais vivos, incluindo as remessas de ungulados. O anexo I, parte 1, desse regulamento estabelece uma lista de países terceiros, territórios ou partes destes a partir dos quais essas remessas podem ser importadas na União, bem como as condições específicas para a introdução dessas remessas em proveniência de determinados países terceiros.
- (2) O anexo I, parte 2, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 estabelece os modelos de certificados veterinários para bovinos domésticos (incluindo as espécies *Bubalus* e *Bison* e respetivos cruzamentos) destinados a reprodução e/ou rendimento após a importação (BOV-X), para ovinos e caprinos domésticos (*Ovis aries* e *Capra hircus*) destinados a reprodução e/ou rendimento após a importação (OVI-X), para ovinos e caprinos domésticos (*Ovis aries* e *Capra hircus*) destinados a abate imediato após a importação (OVI-Y) e para animais da ordem *Artiodactyla* [excluindo bovinos (incluindo as espécies *Bubalus* e *Bison* e respetivos cruzamentos), *Ovis aries*, *Capra hircus*, *Suidae* e *Tayassuidae*], e das famílias *Rhinocerotidae* e *Elephantidae* (RUM). Esses certificados incluem garantias para a doença hemorrágica epizootica, que é uma doença viral dos ruminantes, não contagiosa e transmitida por determinadas espécies de insetos *Culicoides*.
- (3) O Canadá (CA-0) consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 como autorizado para a importação na União de remessas de determinados ungulados em conformidade com os modelos de certificados veterinários POR-X, BOV-X, OVI-X, OVI-Y e RUM.

⁽¹⁾ JO L 18 de 23.1.2003, p. 11.

⁽²⁾ JO L 139 de 30.4.2004, p. 321.

⁽³⁾ Regulamento (UE) n.º 206/2010 da Comissão, de 12 de março de 2010, que estabelece as listas de países terceiros, territórios ou partes destes autorizados a introduzir na União Europeia determinados animais e carne fresca, bem como os requisitos de certificação veterinária (JO L 73 de 20.3.2010, p. 1).

- (4) O Canadá solicitou o seu reconhecimento como sazonalmente indemne de doença hemorrágica epizootica. Para o efeito, aquele país forneceu informações em 2016 que demonstram que as condições climáticas no Canadá entre 1 de novembro e 15 de maio não permitem a circulação das espécies de *Culicoides*, que são os vetores de transmissão do vírus da febre catarral ovina e do vírus da doença hemorrágica epizootica.
- (5) As informações fornecidas pelo Canadá foram consideradas pela Comissão como conformes às normas da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) para a demonstração da indemnidade sazonal de febre catarral ovina e, de igual modo, aos requisitos da União ⁽⁴⁾ aplicáveis à circulação de animais sensíveis no interior da União. Por conseguinte, pelo Regulamento de Execução (UE) 2017/384 da Comissão ⁽⁵⁾, concedeu-se ao Canadá o reconhecimento do estatuto de indemnidade sazonal de febre catarral ovina, com um período de indemnidade de febre catarral ovina entre 1 de novembro e 15 de maio.
- (6) As normas da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) para a demonstração de indemnidade sazonal de doença hemorrágica epizootica são equivalentes às da febre catarral ovina. Por conseguinte, deve conceder-se ao Canadá o reconhecimento do estatuto de indemnidade de doença hemorrágica epizootica para um período equivalente entre 1 de novembro e 15 de maio.
- (7) A lista e as condições específicas constantes do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 devem, por conseguinte, ser alteradas em relação à introdução na União de determinados ungulados sensíveis à doença hemorrágica epizootica em proveniência de um país ou território com o estatuto de indemnidade sazonal de doença hemorrágica epizootica e também ao reconhecimento do Canadá como beneficiando desse estatuto com um período de indemnidade de doença hemorrágica epizootica entre 1 de novembro e 15 de maio.
- (8) Os modelos de certificados veterinários BOV-X, OVI-X, OVI-Y e RUM estabelecidos na parte 2 daquele anexo devem também ser alterados a fim de introduzir os atestados de sanidade animal relevantes para os animais originários de um país ou território sazonalmente indemne de doença hemorrágica epizootica.
- (9) O Regulamento (UE) n.º 206/2010 estabelece igualmente as condições específicas para a introdução na União de remessas de carne fresca de determinados ungulados. O anexo II desse regulamento estabelece uma lista de países terceiros, territórios e partes destes a partir dos quais essas remessas podem ser importadas na União, bem como os modelos de certificados veterinários correspondentes às remessas em causa e as condições específicas exigidas para a sua importação em proveniência de determinados países terceiros.
- (10) Atualmente, apenas um dos territórios da Argentina enumerados no anexo II, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, AR-2, está autorizado a exportar para a União carne fresca não desossada de bovinos e ovinos, bem como de ruminantes de caça de criação e selvagens. As autoridades competentes da Argentina solicitaram à Comissão que autorizasse uma outra parte do seu território denominada «Patagonia Norte A» com vista à introdução na União de carne fresca não desossada de determinados ungulados. Esta região, que é constituída por partes das províncias de Neuquén, Río Negro e Buenos Aires anteriormente pertencentes ao território AR-1, foi reconhecida como indemne de febre aftosa (FA) sem vacinação pela OIE em 2013 ⁽⁶⁾.
- (11) Os serviços da Comissão realizaram uma auditoria em março de 2018 para avaliar se as medidas de vigilância e de regionalização para a febre aftosa na zona «Patagonia Norte A» oferecem garantias adequadas para a introdução na União de carne fresca de bovinos, ovinos e ruminantes de criação e selvagens não sujeita a desossa e a maturação. O resultado da auditoria foi favorável.
- (12) Por conseguinte, a parte 1 do anexo II do Regulamento (UE) n.º 206/2010 deve ser alterada em conformidade, a fim de atualizar a regionalização da Argentina e de autorizar uma nova parte do território da Argentina a introduzir carne fresca não desossada de determinados ungulados na União.
- (13) Além disso, as importações de carne fresca de ungulados selvagens na União em conformidade com o modelo de certificado veterinário RUW são autorizadas a partir dos três territórios da Argentina indemnes de FA constantes da lista, sendo a vacinação praticada ou não. Em caso de se praticar a vacinação, são aplicáveis as garantias suplementares em matéria de maturação, de medição do pH e de desossa da carne fresca. No entanto, foi incluída uma nota de rodapé na lista do anexo II, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 para excluir dessa autorização certos departamentos da província de Corrientes, onde se registaram em 2006 focos de FA. As

⁽⁴⁾ Regulamento (CE) n.º 1266/2007 da Comissão, de 26 de outubro de 2007, que estabelece normas de execução da Diretiva 2000/75/CE do Conselho no que se refere ao controlo, acompanhamento, vigilância e restrições às deslocações de determinados animais de espécies sensíveis, relativamente à febre catarral ovina (JO L 283 de 27.10.2007, p. 37).

⁽⁵⁾ Regulamento de Execução (UE) 2017/384 da Comissão, de 2 de março de 2017, que altera os anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 206/2010 no que diz respeito aos modelos de certificados veterinários BOV-X, OVI-X, OVI-Y e RUM e às listas de países terceiros, territórios ou partes destes a partir dos quais é autorizada a introdução na União de determinados ungulados e de carne fresca (JO L 59 de 7.3.2017, p. 3).

⁽⁶⁾ http://www.oie.int/fileadmin/Home/eng/Animal_Health_in_the_World/map/A_Argentina.jpg

autoridades competentes da Argentina apresentaram à Comissão um pedido de supressão dessa nota de rodapé, a fim de refletir a atual situação zoossanitária nesses departamentos. A Comissão considera que a atual situação zoossanitária nesses departamentos justifica a supressão dessa nota de rodapé. A parte 1 do anexo II do Regulamento (UE) n.º 206/2010 deve, por conseguinte, ser alterada, para suprimir a nota de rodapé em causa.

- (14) No seguimento da mediação das Nações Unidas (ONU), Atenas e Skopje chegaram a um acordo bilateral («Acordo de Prespa») em junho de 2018 para alterar a referência provisória utilizada na ONU para a antiga República jugoslava da Macedónia. Este acordo foi agora ratificado por ambos os países, e a República da Macedónia do Norte notificou formalmente à UE a sua entrada em vigor.
- (15) Os anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 206/2010 devem, por conseguinte, ser alterados em conformidade.
- (16) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente dos Vegetais, Animais e Alimentos para Consumo Humano e Animal,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 206/2010 são alterados em conformidade com o anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 1 de julho de 2019.

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER

ANEXO

1. O anexo I do Regulamento (UE) n.º 206/2010 é alterado do seguinte modo:

a) A parte 1 é alterada do seguinte modo:

i) a linha relativa a MK-0 passa a ter a seguinte redação:

«MK — República da Macedónia do Norte	MK-0	Todo o país			I»
---------------------------------------	------	-------------	--	--	----

ii) é suprimida a seguinte nota de rodapé:

«(****) Antiga República jugoslava da Macedónia: a denominação definitiva deste país será aprovada após a conclusão das negociações em curso sobre esta matéria no quadro das Nações Unidas.»

iii) a nota de rodapé (*****) passa a ter a seguinte redação:

«Canadá (*****): o período de indemnidade sazonal de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica vai de 1 de novembro a 15 de maio, em conformidade com o Código Sanitário dos Animais Terrestres da OIE.»

iv) nas *Condições Específicas*, o quarto parágrafo da condição específica «I» passa a ter a seguinte redação:

«O certificado deve ser carimbado no ponto de saída da União pela autoridade veterinária competente antes do trânsito através de um ou mais países terceiros com a seguinte menção “APENAS PARA TRÂNSITO ENTRE PARTES DIFERENTES DA UNIÃO EUROPEIA ATRAVÉS DA REPÚBLICA DA MACEDÓNIA DO NORTE/DO MONTENEGRO/DA SÉRVIA (*) (**)”,

v) nas *Condições Específicas*, a condição específica «XIII» passa a ter a seguinte redação:

«**XIII**: território com um estatuto oficial reconhecido de indemnidade sazonal de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica para efeitos da exportação para a União de animais vivos certificados segundo o modelo de certificado veterinário BOV-X, OVI-X, OVI-Y ou RUM.»

b) A parte 2 é alterada do seguinte modo:

i) o modelo de certificado veterinário BOV-X passa a ter a seguinte redação:

«Modelo BOV-X

PAÍS:

Certificado veterinário para a UE

Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	I.1. Expedidor		I.2. N.º de referência do certificado		I.2.a.		
	Nome		I.3. Autoridade central competente				
	Endereço						
	Tel.						
	I.5. Destinatário		I.6.				
	Nome						
	Endereço						
	Código postal						
	Tel.						
	I.7. País de origem	Código ISO	I.8. Região de origem	Código	I.9. País de destino	Código ISO	I.10. Região de destino
I.11. Local de origem				I.12.			
Nome		Número de aprovação					
Endereço							
I.13. Local de carregamento				I.14. Data da partida			
Endereço				Número de aprovação			
I.15. Meio de transporte				I.16. PIF de entrada na UE			
Avião <input type="checkbox"/> Navio <input type="checkbox"/> Vagão ferroviário <input type="checkbox"/> Veículo rodoviário <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Identificação Referências documentais				I.17.			
I.18. Descrição da mercadoria					I.19. Código da mercadoria (código SH)		
					01.02		
					I.20. Quantidade		
I.21.					I.22. Número de embalagens		

I.23. N.º do selo/do contentor		I.24.			
I.25. Mercadorias certificadas para: Reprodução <input type="checkbox"/> Engorda <input type="checkbox"/>					
I.26.		I.27. Para importação ou admissão na UE <input type="checkbox"/>			
I.28. Identificação das mercadorias					
Espécie (designação científica)	Raça	Sistema de identificação	Número de identificação	Idade	Sexo

PAÍS

Modelo BOV-X

Parte II: Certificação

II. Informações sanitárias

II.a. Número de referência do certificado

II.b.

II.1. Atestado de saúde pública

O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais descritos no presente certificado:

II.1.1. provêm de explorações que não foram alvo de qualquer proibição oficial por razões sanitárias, nos últimos 42 dias no caso da brucelose, nos últimos 30 dias no caso do carbúnculo e nos últimos seis meses no caso da raiva, e não estiveram em contacto com animais de explorações que não respeitassem essas condições;

II.1.2. não receberam:

- quaisquer estilbenos ou substâncias tireostáticas,
- substâncias com efeito estrogénico, androgénico ou gestagénico ou β -agonistas, a não ser para tratamento terapêutico ou tratamento zootécnico (conforme definidos na Diretiva 96/22/CE);

II.1.3. no que diz respeito à encefalopatia espongiforme bovina (EEB):

a) os animais estão identificados através de um sistema de identificação permanente que permite identificar a mãe e o efetivo de origem e não foram expostos aos seguintes animais:

- i) quaisquer casos de EEB,
- ii) bovinos que, durante o seu primeiro ano de vida, foram criados com casos de EEB durante o seu primeiro ano de vida e que, de acordo com investigações, consumiram, durante esse período, os mesmos alimentos potencialmente contaminados, ou
- iii) se os resultados das investigações referidas na subalínea ii) forem inconclusivos, os bovinos nascidos no mesmo efetivo que os casos de EEB, nos 12 meses anteriores ou seguintes ao nascimento destes;

(¹) (²) quer [b] se se tiverem registado casos nativos de EEB no país em causa, os animais nasceram após a data de entrada em vigor efetiva da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, tal como definidos no Código Sanitário para os Animais Terrestres da Organização Mundial da Saúde Animal, ou após a data de nascimento do último caso nativo de EEB, se este tiver nascido após a data de entrada em vigor daquela proibição.]

(¹) (³) quer [b] os animais nasceram após a data de entrada em vigor efetiva da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, tal como definidos no Código Sanitário para os Animais Terrestres da Organização Mundial da Saúde Animal, ou após a data de nascimento do último caso nativo de EEB, se este tiver nascido após a data de entrada em vigor daquela proibição.]

(¹) (⁴) quer [b] os animais nasceram pelo menos dois anos após a data de entrada em vigor efetiva da proibição de alimentar ruminantes com farinhas de carne e de ossos e com torresmos derivados de ruminantes, tal como definidos no Código Sanitário para os Animais Terrestres da Organização Mundial da Saúde Animal, ou após a data de nascimento do último caso nativo de EEB, se este tiver nascido após a data de entrada em vigor daquela proibição.]

II.2. Atestado de sanidade animal:

O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos satisfazem os seguintes requisitos:

II.2.1. provêm do território com o código: (⁵) e, na data de emissão do presente certificado:

(¹) quer [a] esse território estava indemne há 24 meses de febre aftosa,]

(¹) quer [a] esse território era considerado indemne de febre aftosa desde (dd/mm/aaaa), sem que se tivessem verificado casos/focos desde essa data, e estava autorizado a exportar esses animais pelo Regulamento de Execução (UE) n.º ----/---- da Comissão, de dd/mm/aaaa);]

PAÍIS

Modelo BOV-X

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
	b)	esse território estava indemne há 12 meses de peste bovina, febre do vale do Rift, peripneumonia contagiosa bovina e dermatite nodular contagiosa e, há 6 meses, de estomatite vesiculosa,	
	c)	não tinha sido efetuada nesse território qualquer vacinação contra as doenças referidas nas alíneas a) e b) nem contra a doença hemorrágica epizootica nos últimos 12 meses, e as importações de biungulados domésticos vacinados contra essas doenças não eram aí permitidas;	
(¹) quer	[d)	esse território estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e há 12 meses de doença hemorrágica epizootica;]	
(¹) (⁹) quer	[d)	esse território estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e os animais reagiram negativamente a uma prova serológica para deteção do anticorpo da febre catarral ovina e da doença hemorrágica epizootica, efetuada por duas vezes em amostras de sangue colhidas no início do período de isolamento/quarentena e, pelo menos, 28 dias mais tarde, em (dd/mm/aaaa) e em (dd/mm/aaaa), tendo a segunda amostra sido colhida nos 10 dias anteriores à exportação;]	
(¹) quer	[d)	esse território estava indemne há 12 meses de doença hemorrágica epizootica e não estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e os animais foram vacinados com uma vacina inativada, pelo menos 60 dias antes da data de expedição para a União, contra todos os serótipos de febre catarral ovina ... (indicar serótipos), que são os presentes na população de base tal como demonstrado através de um programa de vigilância (¹²), numa área com um raio de 150 km em redor da(s) exploração(ões) de origem descrita(s) na casa I.11, e os animais ainda se encontram no período de imunidade garantido nas especificações da vacina;]	
(¹) (¹³) quer	[d)	esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne desde o nascimento ou pelo menos nos 60 dias anteriores à expedição;]	
(¹) (¹³) quer	[d)	esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne pelo menos nos 28 dias anteriores à expedição e reagiram negativamente a uma prova serológica conforme ao Manual da OIE para a deteção de anticorpos da febre catarral ovina e da doença hemorrágica epizootica, efetuada pelo menos 28 dias após o início do período de residência;]	
(¹) (¹³) quer	[d)	esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne pelo menos nos 14 dias anteriores à expedição e reagiram negativamente a um teste de PCR para o vírus da febre catarral ovina e o vírus da doença hemorrágica epizootica conforme ao Manual da OIE, efetuado pelo menos 14 dias após o início do período de residência;]	
II.2.2.		permaneceram no território descrito no ponto II.2.1 desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos últimos seis meses antes da expedição para a União e não tiveram qualquer contacto com biungulados importados nos últimos 30 dias;	
II.2.3.		permaneceram desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos 40 dias anteriores à expedição na(s) exploração(ões) de origem descrita(s) na casa I.11:	
	a)	nessa(s) exploração(ões) e em seu redor não se verificou, numa área com um raio de 150 km, qualquer caso/foco de doença hemorrágica epizootica nos 60 dias anteriores;	
	b)	nessa(s) exploração(ões) e em seu redor não se verificou, numa área com um raio de 10 km, qualquer caso/foco de febre aftosa, peste bovina, febre do vale do Rift, febre catarral ovina, peripneumonia contagiosa bovina, dermatite nodular contagiosa e estomatite vesiculosa nos 40 dias anteriores;	
II.2.4.		não são animais que devam ser mortos ao abrigo de um programa nacional de erradicação de doenças, nem foram vacinados contra as doenças referidas no ponto II.2.1, alíneas a) e b);	
II.2.5.		provêm de efetivos não submetidos a restrições ao abrigo da legislação nacional relativa à erradicação da tuberculose, da brucelose e da leucose enzootica bovina;	
II.2.6.		provêm de efetivos reconhecidos como oficialmente indemnes de tuberculose (⁶) (^{6b}),	

PAÍS

Modelo BOV-X

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
e	(¹) (⁷) quer [provêm de uma região reconhecida como oficialmente indemne de tuberculose (⁶);]		
	(¹) quer [foram submetidos a uma prova da tuberculina intradérmica (⁸) realizada com resultados negativos nos últimos 30 dias antes da expedição para a União;]		
	(¹) quer [têm menos de seis semanas de idade;]		
	II.2.7. não foram vacinados contra a brucelose e provêm de efetivos reconhecidos como oficialmente indemnes de brucelose (⁶),		
e	(¹) (⁷) quer [provêm de uma região reconhecida como oficialmente indemne de brucelose (⁶);]		
	(¹) quer [foram submetidos a pelo menos um teste para deteção da brucelose bovina (⁶) realizado em amostras colhidas nos últimos 30 dias antes da expedição para a União;]		
	(¹) quer [têm menos de 12 meses de idade;]		
	(¹) quer [são machos castrados de qualquer idade;]		
(¹) quer	[II.2.8. provêm de efetivos abrangidos por um sistema oficial de controlo da leucose enzoótica bovina e relativamente aos quais não há provas clínicas ou laboratoriais dessa doença nos últimos dois anos;]		
(¹) quer	[II.2.8. provêm de efetivos reconhecidos como oficialmente indemnes de leucose enzoótica bovina (⁶) (^{6a}).]		
e	(¹) (⁷) quer [provêm de uma região reconhecida como oficialmente indemne de leucose enzoótica bovina (⁶);]		
	(¹) quer [foram submetidos a um teste individual para deteção da leucose enzoótica bovina (⁶) realizado com resultados negativos em amostras colhidas nos últimos 30 dias antes da expedição para a União;]		
	(¹) quer [têm menos de 12 meses de idade;]		
	II.2.9. são animais que são/foram (¹) expedidos da(s) exploração(ões) de origem sem terem passado por qualquer mercado:		
	(¹) quer [diretamente para a União,]		
	(¹) quer [para o centro de agrupamento oficialmente aprovado descrito na casa I.13, situado no território descrito no ponto II.2.1,]		
	e, até serem expedidos para a União:		
	a) não estiveram em contacto com quaisquer outros biungulados que não respeitassem os requisitos sanitários descritos no presente certificado;		
	b) não estiveram em qualquer local onde, nem aí nem num raio de 10 km em seu redor, se tenha verificado nos 30 dias anteriores um caso/foco de qualquer das doenças referidas no ponto II.2.1;		
	II.2.10. foram carregados em contentores ou veículos de transporte limpos e desinfetados antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado;		
	II.2.11. foram examinados por um veterinário oficial nas 24 horas anteriores ao carregamento e não apresentavam qualquer sinal clínico de doença;		
	II.2.12. foram carregados para expedição para a União em (dd/mm/aaaa) (¹⁰) no meio de transporte descrito na casa I.15, que foi limpo e desinfetado antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado e que foi construído de forma a que os excrementos, a urina, os materiais de cama e as forragens não possam escorrer ou cair do veículo ou contentor durante o transporte.		
II.3.	Atestado de transporte dos animais		
	O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos foram tratados antes e aquando do carregamento em conformidade com as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 1/2005, nomeadamente no que diz respeito ao abeberamento e à alimentação, e estão aptos para o transporte previsto.		

PAÍS

Modelo BOV-X

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
(¹) (¹¹)	[II.4. Requisitos específicos]		
II.4.1.	Segundo as informações oficiais, não se registaram nos últimos 12 meses provas clínicas ou patológicas de rinotraqueíte infecciosa dos bovinos (RIB) na(s) exploração(ões) de origem referida(s) na casa I.11;		
II.4.2.	os animais referidos na casa I.28:		
a)	foram, nos 30 dias imediatamente anteriores à expedição para exportação, isolados em instalações aprovadas pela autoridade competente;		
b)	foram submetidos a uma prova serológica para deteção da RIB em soro colhido pelo menos 21 dias após a entrada em isolamento, com resultados negativos, tendo todos os animais em isolamento apresentado também resultados negativos nessa prova;		
c)	não foram vacinados contra a RIB.]		
Notas			
O presente certificado aplica-se a bovinos domésticos (incluindo as espécies <i>Bubalus</i> e <i>Bison</i> e respetivos cruzamentos), destinados a reprodução e/ou rendimento.			
Após a importação, os animais devem ser encaminhados sem demora para a exploração de destino, onde devem permanecer por um período mínimo de 30 dias antes de qualquer outra deslocação para o exterior da exploração, exceto no caso de expedição para um matadouro.			
Parte I:			
— Casa I.8:	Indicar o código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
— Casa I.13:	O centro de agrupamento, se o houver, deve respeitar as condições de aprovação estabelecidas no anexo I, parte 5, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
— Casa I.15:	Indicar o número de registo/matricula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Em caso de descarregamento e recarregamento, o expedidor deve informar o PIF de entrada na União.		
— Casa I.23:	No caso de contentores ou caixas, indicar o número do contentor e o número do selo (se for caso disso).		
— Casa I.28:	<p>Sistema de identificação: os animais devem ostentar:</p> <p>um número individual que permita rastreá-los até às respetivas instalações de origem. Especificar o sistema de identificação (ou seja, marca, tatuagem, estigma, pastilha, transponder),</p> <p>uma marca auricular que contenha o código ISO do país de exportação. O número individual deve permitir rastreá-los até às respetivas instalações de origem.</p> <p>Espécie: seleccionar entre “Bos”, “Bison” e “Bubalus”, conforme adequado.</p> <p>Idade: data de nascimento (dd/mm/aaaa).</p> <p>Sexo: (M = macho, F = fêmea, C = castrado).</p> <p>Raça: seleccionar raça pura, cruzamento.</p>		
Parte II:			
(¹)	Riscar o que não interessa.		
(²)	Só se os animais tiverem nascido e sido continuamente criados num país ou região ou em países ou regiões classificados em conformidade com a Decisão 2007/453/CE como países ou regiões apresentando um risco negligenciável de EEB.		

PAÍS

Modelo BOV-X

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
(³)	Só se o país ou região de origem estiver classificado em conformidade com a Decisão 2007/453/CE como país ou região apresentando um risco controlado de EEB.		
(⁴)	Só se o país ou região de origem estiver classificado em conformidade com a Decisão 2007/453/CE como país ou região apresentando um risco indeterminado de EEB.		
(⁵)	Código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
(⁶)	Regiões e efetivos oficialmente indemnes de tuberculose/brucelose conforme estabelecido no anexo A da Diretiva 64/432/CEE; e regiões e efetivos indemnes de leucose enzoótica bovina conforme estabelecido no anexo D, capítulo I, da Diretiva 64/432/CEE.		
(^{6a})	Apenas aplicável a efetivos oficialmente indemnes de leucose enzoótica bovina reconhecidos como em conformidade com os requisitos estabelecidos no anexo D, capítulo I, da Diretiva 64/432/CEE para efeitos de exportação para a União de animais vivos de acordo com o modelo de certificado veterinário BOV-X a partir do território marcado, no anexo I, parte 1, coluna 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, com " IVb " no que diz respeito à leucose enzoótica bovina.		
(^{6b})	Apenas para um território marcado, no anexo I, parte 1, coluna 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, com " XII " que indica que os efetivos bovinos declarados oficialmente indemnes de tuberculose são reconhecidos com base em condições equivalentes às estabelecidas no anexo A.I, pontos 1 e 2, da Diretiva 64/432/CEE para efeitos das exportações para a União de animais vivos certificados de acordo com o modelo de certificado veterinário BOV-X.		
(⁷)	Apenas para um território marcado, no anexo I, parte 1, coluna 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, com " II ", no que diz respeito à tuberculose, " III ", no que diz respeito à brucelose, e/ou " IVa ", no que diz respeito à leucose enzoótica bovina.		
(⁸)	Testes efetuados segundo os protocolos descritos, para cada doença, no anexo I, parte 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
(⁹)	Garantias suplementares a fornecer quando forem exigidas, pela indicação " A ", no anexo I, parte 1, coluna 5, " GS ", do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
	Testes para a febre catarral ovina e para a doença hemorrágica epizoótica em conformidade com o anexo I, parte 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
(¹⁰)	Quando exigido pelo Estado-Membro de destino ou pela Suíça, em conformidade com a Decisão 2004/558/CE e com o Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas (JO L 114 de 30.4.2002, p. 132).		
(¹¹)	Quando exigido pelo Estado-Membro de destino ou pela Suíça, em conformidade com a Decisão 2004/558/CE e com o Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo ao comércio de produtos agrícolas (JO L 114 de 30.4.2002, p. 132).		
(¹²)	Programa de vigilância, tal como previsto no anexo I do Regulamento (CE) n.º 1266/2007 da Comissão (JO L 283 de 27.10.2007, p. 37).		
(¹³)	Apenas para um território marcado, no anexo I, parte 1, coluna 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, com " XIII ", indicando um estatuto oficial de indemnidade sazonal de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizoótica. Em conformidade com o Código Sanitário dos Animais Terrestres da OIE, considera-se que o período de indemnidade sazonal termina imediatamente se os dados climáticos ou os dados do programa de vigilância indicarem um ressurgimento precoce da atividade dos Culicoides adultos.		
Veterinário oficial			
Nome (em maiúsculas):		Cargo e título:	
Data:		Assinatura:	
Carimbo:			

ii) o modelo de certificado veterinário OVI-X passa a ter a seguinte redação:

«Modelo OVI-X

PAÍS:

Certificado veterinário para a UE

Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	I.1. Expedidor Nome Endereço Tel.				I.2. N.º de referência do certificado		I.2.a.	
					I.3. Autoridade central competente			
					I.4. Autoridade local competente			
					I.6.			
	I.5. Destinatário Nome Endereço Código postal Tel.							
	I.7. País de origem		Código ISO					
	I.9. País de destino		Código ISO		I.10. Região de destino		Código	
	I.11. Local de origem Nome Número de aprovação Endereço				I.12.			
	I.13. Local de carregamento Endereço Número de aprovação							
	I.15. Meio de transporte Avião <input type="checkbox"/> Navio <input type="checkbox"/> Vagão ferroviário <input type="checkbox"/> Veículo rodoviário <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Identificação Referências documentais				I.16. PIF de entrada na UE			
I.18. Descrição da mercadoria				I.17.				
				I.19. Código da mercadoria (código SH)				
				I.20. Quantidade				
I.21.				I.22. Número de embalagens				

I.23. N.º do selo/do contentor		I.24.			
I.25. Mercadorias certificadas para: Reprodução <input type="checkbox"/> Engorda <input type="checkbox"/>					
I.26.		I.27. Para importação ou admissão na UE <input type="checkbox"/>			
I.28. Identificação das mercadorias					
Espécie (designação científica)	Raça	Sistema de identificação	Número de identificação	Idade	Sexo

PAÍS

Modelo OVI-X

II. Informações sanitárias

II.a. Número de referência do certificado

II.b.

II.1. Atestado de saúde pública

O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais descritos no presente certificado:

II.1.1. provêm de explorações que não foram alvo de qualquer proibição oficial por razões sanitárias, nos últimos 42 dias no caso da brucelose, nos últimos 30 dias no caso do carbúnculo e nos últimos seis meses no caso da raiva, e não estiveram em contacto com animais de explorações que não cumprissem essas condições;

II.1.2. não receberam:

- quaisquer estilbenos ou substâncias tireostáticas,
- substâncias com efeito estrogénico, androgénico ou gestagénico ou β -agonistas, a não ser para tratamento terapêutico ou tratamento zootécnico (conforme definidos na Diretiva 96/22/CE).

II.2. Atestado de sanidade animal

O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos satisfazem os seguintes requisitos:

II.2.1. provêm do território com o código: (1) e, na data de emissão do presente certificado:

(2) quer [a] esse território estava indemne há 24 meses de febre aftosa,]

(2) quer [a] esse território era considerado indemne de febre aftosa desde (dd/mm/aaaa), sem que se tivessem verificado casos/focos desde essa data, e estava autorizado a exportar esses animais pelo Regulamento de Execução (UE) n.º ----/---- da Comissão, de (dd/mm/aaaa);]

b) esse território estava indemne há 12 meses de peste bovina, febre do vale do Rift, peste dos pequenos ruminantes, varíola ovina e caprina e peripneumonia contagiosa caprina e, há 6 meses, de estomatite vesiculosa;

c) não tinha sido efetuada nesse território qualquer vacinação contra as doenças referidas nas alíneas a) e b) nem contra a doença hemorrágica epizootica nos últimos 12 meses, e as importações de biungulados domésticos vacinados contra essas doenças não eram aí permitidas;

(2) quer [d] esse território estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e há 12 meses de doença hemorrágica epizootica;]

(2) (7) quer [d] esse território estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e os animais reagiram negativamente a uma prova serológica para deteção do anticorpo da febre catarral ovina e da doença hemorrágica epizootica, efetuada por duas vezes em amostras de sangue colhidas no início do período de isolamento/quarentena e, pelo menos, 28 dias mais tarde, em (dd/mm/aaaa) e em (dd/mm/aaaa), tendo a segunda amostra sido colhida nos 10 dias anteriores à exportação;]

(2) quer [d] esse território estava indemne há 12 meses de doença hemorrágica epizootica e não estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e os animais foram vacinados com uma vacina inativada, pelo menos 60 dias antes da data de expedição para a União, contra todos os serótipos de febre catarral ovina ... (indicar serótipos), que são os presentes na população de base tal como demonstrado através de um programa de vigilância (9), numa área com um raio de 150 km em redor da(s) exploração(ões) de origem descrita(s) na casa I.11, e os animais ainda se encontram no período de imunidade garantido nas especificações da vacina;]

(2) (10) quer [d] esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne desde o nascimento ou pelo menos nos 60 dias anteriores à expedição;]

(2) (10) quer [d] esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne pelo menos nos 28 dias anteriores à expedição e reagiram negativamente a uma prova serológica conforme ao Manual da OIE para a deteção de anticorpos da febre catarral ovina e da doença hemorrágica epizootica, efetuada pelo menos 28 dias após o início do período de residência;]

PAÍS

Modelo OVI-X

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
(²) (¹⁰) quer [d]	esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne pelo menos nos 14 dias anteriores à expedição e reagiram negativamente a um teste de PCR para o vírus da febre catarral ovina e o vírus da doença hemorrágica epizootica conforme ao Manual da OIE, efetuado pelo menos 14 dias após o início do período de residência;]		
II.2.2.	permaneceram no território descrito no ponto II.2.1 desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos últimos seis meses antes da expedição para a União e não tiveram qualquer contacto com biungulados importados nos últimos 30 dias;		
II.2.3.	permaneceram desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos 40 dias anteriores à expedição na(s) exploração(ões) descrita(s) na casa I.11:		
a)	nessa(s) exploração(ões) e em seu redor não se verificou, numa área com um raio de 150 km, qualquer caso/foco de doença hemorrágica epizootica nos 60 dias anteriores, e		
b)	nessa(s) exploração(ões) e em seu redor não se verificou, numa área com um raio de 10 km, qualquer caso/foco de febre aftosa, peste bovina, febre do vale do Rift, febre catarral ovina, peste dos pequenos ruminantes, varíola ovina e caprina, peripneumonia contagiosa caprina e estomatite vesiculosa nos 40 dias anteriores;		
II.2.4.	tanto quanto é do meu conhecimento e de acordo com a declaração escrita do proprietário, os animais:		
a)	não provêm de explorações, e não estiveram em contacto com animais de explorações, nas quais tenham sido detetadas clinicamente as seguintes doenças:		
i)	agalaxia contagiosa dos ovinos ou caprinos (<i>Mycoplasma agalactiae</i> , <i>Mycoplasma capricolum</i> , <i>Mycoplasma mycoides</i> var. <i>mycoides</i> "large colony"), nos últimos seis meses,		
ii)	paratuberculose e linfadenite caseosa, nos últimos 12 meses,		
iii)	adenomatose pulmonar, nos últimos três anos, e		
iv)	<i>Maedi/Visna</i> ou artrite/encefalite viral caprina:		
(²) quer	[nos últimos três anos,]		
(²) quer	[nos últimos 12 meses, tendo todos os animais infetados sido abatidos e tendo os restantes subsequentemente reagido negativamente a dois testes efetuados com um intervalo de, pelo menos, seis meses,]		
b)	estão abrangidos por um sistema oficial de declaração obrigatória dessas doenças, e		
c)	estiveram indemnes de tuberculose e brucelose nos três anos anteriores à exportação, o que foi determinado pela ausência de provas clínicas ou outras;		
II.2.5.	não são animais que devam ser mortos ao abrigo de um programa nacional de erradicação de doenças, nem foram vacinados contra as doenças referidas no ponto II.2.1, alíneas a) e b);		
II.2.6.	são originários:		
(²) (³) quer	[do território descrito na casa I.8, que foi reconhecido como oficialmente indemne de brucelose;]		
(²) quer	[da(s) exploração(ões) descrita(s) na casa I.11, na(s) qual(ais), no que diz respeito à brucelose (<i>Brucella melitensis</i>):		
a)	nenhum dos animais sensíveis mostrava quaisquer sinais clínicos ou outros desta doença nos últimos 12 meses;		
b)	um número representativo dos ovinos e caprinos domésticos com mais de seis meses é submetido anualmente a uma prova serológica (⁴).]		

PAÍS

Modelo OVI-X

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
(²) (⁵) quer	[c]	nenhum ovino ou caprino doméstico foi vacinado contra esta doença, exceto os vacinados com a vacina Rev. 1 há mais de dois anos;	
	d)	os últimos dois testes (⁶), separados por um intervalo de pelo menos seis meses, efetuados em (dd/mm/aaaa) e em (dd/mm/aaaa), a que foram submetidos todos os ovinos e caprinos domésticos com mais de seis meses de idade, tiveram resultados negativos, e]	
(²) quer	[c]	os ovinos e caprinos domésticos com menos de 7 meses de idade estão vacinados contra esta doença com a vacina Rev. 1,	
	d)	os últimos dois testes (⁶), separados por um intervalo de pelo menos seis meses, efetuados: em (dd/mm/aaaa) e em (dd/mm/aaaa), a que foram submetidos todos os ovinos e caprinos domésticos não vacinados com mais de seis meses de idade, e em (dd/mm/aaaa) e em (dd/mm/aaaa), a que foram submetidos todos os ovinos e caprinos domésticos vacinados com mais de 18 meses de idade, tiveram resultados negativos, e]	
	e)	há apenas ovinos e caprinos domésticos que cumprem as condições e requisitos <i>supra</i> ;	
(²) [II.2.7.		os carneiros não castrados foram mantidos continuamente, nos 60 dias anteriores, numa exploração na qual, nos últimos 12 meses, não foram diagnosticados casos de epididimite contagiosa (<i>Brucella ovis</i>) e esses carneiros foram submetidos, nos 30 dias anteriores, a uma prova de fixação do complemento para deteção da epididimite contagiosa com um resultado de menos de 50 UI/ml;]	
II.2.8.		foram mantidos continuamente, desde o seu nascimento, num país em que as seguintes condições são satisfeitas:	
	a)	o tremor epizoótico clássico é de notificação obrigatória;	
	b)	está em funcionamento um sistema de sensibilização, vigilância e monitorização relativamente ao tremor epizoótico clássico;	
	c)	os ovinos e caprinos afetados pelo tremor epizoótico clássico são mortos e totalmente destruídos;	
	d)	a alimentação de ovinos e caprinos com farinhas de carne e de ossos ou torresmos provenientes de ruminantes foi proibida, tendo essa proibição sido aplicada de forma eficaz em todo o território do país, por um período de pelo menos os últimos sete anos; e	
(²) quer	[II.2.8.1	os animais destinam-se a rendimento e a um Estado-Membro que não aqueles com um estatuto de risco negligenciável de tremor epizoótico clássico aprovado em conformidade com o anexo VIII, capítulo A, secção A, ponto 2.2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001 ou que não os que estão enumerados no anexo VIII, capítulo A, secção A, ponto 3.2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001 como tendo um programa nacional aprovado de luta contra o tremor epizoótico;]	
(²) quer	[II.2.8.1	os animais destinam-se a reprodução e a um Estado-Membro que não aqueles com um estatuto de risco negligenciável de tremor epizoótico clássico aprovado em conformidade com o anexo VIII, capítulo A, secção A, ponto 2.2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001 ou que não os que estão enumerados no anexo VIII, capítulo A, secção A, ponto 3.2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001 como tendo um programa nacional aprovado de luta contra o tremor epizoótico e:	
(²) quer		[são provenientes de uma exploração ou de explorações que cumprem os requisitos estabelecidos no anexo VIII, capítulo A, secção A, ponto 1.3, do Regulamento (CE) n.º 999/2001;]	
(²) quer		[são ovinos com o genótipo de proteína de príão ARR/ARR e provêm de uma exploração em que não foi imposta qualquer restrição oficial de circulação devida à EEB ou ao tremor epizoótico clássico durante os últimos dois anos;]	
(²) quer	[II.2.8.1	os animais destinam-se a um Estado-Membro com um estatuto de risco negligenciável de tremor epizoótico clássico aprovado em conformidade com o anexo VIII, capítulo A, secção A, ponto 2.2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001 ou a um Estado-Membro enumerado no anexo VIII, capítulo A, secção A, ponto 3.2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001 como tendo um programa nacional aprovado de luta contra o tremor epizoótico e:	
(²) quer		[são provenientes de uma exploração ou de explorações que cumprem os requisitos estabelecidos no anexo VIII, capítulo A, secção A, ponto 1.2, do Regulamento (CE) n.º 999/2001;]	

PAÍS

Modelo OVI-X

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
(²) quer	[são ovinos com o genótipo de proteína de prião ARR/ARR e provêm de uma exploração em que não foi imposta qualquer restrição oficial de circulação devida à EEB ou ao tremor epizootico clássico durante os últimos dois anos;]		
II.2.9.	são animais que são/foram (²) expedidos da(s) exploração(ões) de origem sem terem passado por qualquer mercado:		
(²) quer	[diretamente para a União,]		
(²) quer	[para o centro de agrupamento oficialmente aprovado descrito na casa I.13, situado no território descrito no ponto II.2.1,]		
	e, até serem expedidos para a União:		
	a) não estiveram em contacto com quaisquer outros biungulados que não respeitassem os requisitos sanitários descritos no presente certificado, e		
	b) não estiveram em qualquer local onde, nem aí nem num raio de 10 km em seu redor, se tenha verificado nos 30 dias anteriores um caso/foco de qualquer das doenças referidas no ponto II.2.1;		
II.2.10.	foram carregados em contentores ou veículos de transporte limpos e desinfetados antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado;		
II.2.11.	foram examinados por um veterinário oficial nas 24 horas anteriores ao carregamento e não apresentavam qualquer sinal clínico de doença;		
II.2.12.	foram carregados para expedição para a União em (dd/mm/aaaa) (⁸) no meio de transporte descrito na casa I.15, que foi limpo e desinfetado antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado e que foi construído de forma a que os excrementos, a urina, os materiais de cama e as forragens não possam escorrer ou cair do veículo ou contentor durante o transporte.		
II.3.	Atestado de transporte dos animais		
	O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos foram tratados antes e aquando do carregamento em conformidade com as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 1/2005, nomeadamente no que diz respeito ao abeberamento e à alimentação, e estão aptos para o transporte previsto.		
Notas			
	O presente certificado aplica-se aos ovinos domésticos (<i>Ovis aries</i>) e caprinos domésticos (<i>Capra hircus</i>) vivos, destinados a reprodução ou rendimento.		
	Após a importação, os animais devem ser encaminhados sem demora para a exploração de destino, onde devem permanecer por um período mínimo de 30 dias antes de qualquer outra deslocação para o exterior da exploração, exceto no caso de expedição para um matadouro.		
Parte I:			
— Casa I.8:	Indicar o código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
— Casa I.13:	O centro de agrupamento, se o houver, deve cumprir as condições de aprovação estabelecidas no anexo I, parte 5, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
— Casa I.15:	Indicar o número de registo/matricula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Em caso de descarregamento e recarregamento, o expedidor deve informar o PIF de entrada na União.		
— Casa I.19:	Utilizar o código SH adequado: 01.04.10 ou 01.04.20.		
— Casa I.23:	No caso de contentores ou caixas, indicar o número do contentor e o número do selo (se for caso disso).		

PAÍS

Modelo OVI-X

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
—	<p>Casa I.28:</p> <p><i>Sistema de identificação:</i> os animais devem ostentar:</p> <p>um número individual que permita rastreá-los até às respetivas instalações de origem. Especificar o sistema de identificação (marca, tatuagem, estigma, pastilha, transpônder) e a parte anatómica do animal utilizada,</p> <p>uma marca auricular que contenha o código ISO do país de exportação. O número individual deve permitir rastreá-los até às respetivas instalações de origem.</p> <p><i>Espécie:</i> seleccionar entre “<i>Ovis aries</i>” e “<i>Capra hircus</i>”, conforme adequado.</p> <p><i>Idade:</i> (meses).</p> <p><i>Sexo:</i> (M = macho, F = fêmea, C = castrado).</p>		
<p>Parte II:</p> <p>(¹) Código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.</p> <p>(²) Riscar o que não interessa.</p> <p>(³) Apenas para um território indicado com “V” no anexo I, parte 1, coluna 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.</p> <p>(⁴) O número representativo de animais a testar para pesquisa da brucelose deve, para cada exploração, consistir em:</p> <p>todos os machos não castrados, que não foram vacinados contra a brucelose, com mais de seis meses,</p> <p>todos os machos não castrados, que foram vacinados contra a brucelose, com mais de 18 meses,</p> <p>todos os animais trazidos para a exploração desde os testes anteriores, e</p> <p>25 % das fêmeas sexualmente maduras, com um mínimo de 50 fêmeas.</p> <p>(⁵) A preencher quando o destino for um Estado-Membro ou parte de um Estado-Membro constante de um dos anexos da Decisão 93/52/CEE.</p> <p>(⁶) Em conformidade com o anexo I, parte 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.</p> <p>Quando estiverem envolvidas mais do que uma exploração de origem, deve ser claramente indicada a data do teste mais recente em cada exploração.</p> <p>(⁷) Garantias suplementares a fornecer quando forem exigidas, pela indicação “A”, no anexo I, parte 1, coluna 5, “GS”, do Regulamento (UE) n.º 206/2010. Testes para a febre catarral ovina e para a doença hemorrágica epizootica em conformidade com o anexo I, parte 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.</p> <p>(⁸) Data de carregamento. As importações destes animais não serão autorizadas quando os animais tiverem sido carregados, quer antes da data de autorização de exportação para a União a partir do país terceiro, território ou parte destes mencionado nas casas I.7 e I.8, quer durante um período em que tenham sido adotadas pela União medidas de restrição das importações desses animais a partir desse país terceiro, território ou parte destes.</p> <p>(⁹) Programa de vigilância, tal como previsto no anexo I do Regulamento (CE) n.º 1266/2007 da Comissão (JO L 283 de 27.10.2007, p. 37).</p> <p>(¹⁰) Apenas para um território marcado, no anexo I, parte 1, coluna 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, com “XIII”, indicando um estatuto oficial de indemnidade sazonal de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica. Em conformidade com o Código Sanitário dos Animais Terrestres da OIE, considera-se que o período de indemnidade sazonal termina imediatamente se os dados climáticos ou os dados do programa de vigilância indicarem um ressurgimento precoce da atividade dos <i>Culicoides</i> adultos.</p>			
<p>Veterinário oficial</p> <p>Nome (em maiúsculas):</p> <p>Data:</p> <p>Carimbo:</p> <p>Cargo e título:</p> <p>Assinatura:»</p>			

iii) o modelo de certificado veterinário OVI-Y passa a ter a seguinte redação:

«Modelo OVI-Y

PAÍS:

Certificado veterinário para a UE

Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	I.1. Expedidor Nome Endereço Tel.				I.2. N.º de referência do certificado		I.2.a.	
					I.3. Autoridade central competente			
					I.4. Autoridade local competente			
					I.6.			
	I.5. Destinatário Nome Endereço Código postal Tel.							
	I.7. País de origem		Código ISO					
	I.9. País de destino		Código ISO		I.10. Região de destino		Código	
	I.11. Local de origem Nome Número de aprovação Endereço				I.12.			
	I.13. Local de carregamento Endereço Número de aprovação							
	I.15. Meio de transporte Avião <input type="checkbox"/> Navio <input type="checkbox"/> Vagão ferroviário <input type="checkbox"/> Veículo rodoviário <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Identificação Referências documentais				I.16. PIF de entrada na UE			
I.18. Descrição da mercadoria				I.17.				
				I.19. Código da mercadoria (código SH)				
				I.20. Quantidade				
I.21.				I.22. Número de embalagens				

I.23. N.º do selo/do contentor		I.24.			
I.25. Mercadorias certificadas para: Abate <input type="checkbox"/>					
I.26.		I.27. Para importação ou admissão na UE <input type="checkbox"/>			
I.28. Identificação das mercadorias					
Espécie (designação científica)	Raça	Sistema de identificação	Número de identificação	Idade	Sexo

PAÍS

Modelo OVI-Y

Parte II: Certificação

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
II.1.	Atestado de saúde pública <p>O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais descritos no presente certificado:</p> <p>II.1.1. provêm de explorações que não foram alvo de qualquer proibição oficial por razões sanitárias, nos últimos 42 dias, no caso da brucelose, nos últimos 30 dias, no caso do carbúnculo, e nos últimos seis meses, no caso da raiva, e não estiveram em contacto com animais de explorações que não respeitassem essas condições;</p> <p>II.1.2. não receberam:</p> <ul style="list-style-type: none"> — quaisquer estilbenos ou substâncias tireostáticas, — substâncias com efeito estrogénico, androgénico ou gestagénico ou β-agonistas, a não ser para tratamento terapêutico ou tratamento zootécnico (conforme definidos na Diretiva 96/22/CE). 		
II.2.	Atestado de sanidade animal <p>O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos satisfazem os seguintes requisitos:</p> <p>II.2.1. provêm do território com o código: (¹) e, na data de emissão do presente certificado:</p> <p>(²) quer [a] esse território estava indemne há 24 meses de febre aftosa,]</p> <p>(²) quer [a] esse território era considerado indemne de febre aftosa desde (dd/mm/aaaa), sem que se tivessem verificado casos/focos desde essa data, e estava autorizado a exportar esses animais pelo Regulamento de Execução (UE) n.º ----/---- da Comissão, de (dd/mm/aaaa);]</p> <p>[b] esse território estava indemne há 12 meses de peste bovina, febre do vale do Rift, peste dos pequenos ruminantes, varíola ovina e caprina e peripneumonia contagiosa caprina e, há 6 meses, de estomatite vesiculosa;</p> <p>[c] não tinha sido efetuada nesse território qualquer vacinação contra as doenças referidas nas alíneas a) e b) nem contra a doença hemorrágica epizootica nos últimos 12 meses, e as importações de biungulados domésticos vacinados contra essas doenças não eram aí permitidas;</p> <p>(²) quer [d] esse território estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e há 12 meses de doença hemorrágica epizootica;]</p> <p>(²) quer [d] esse território estava indemne há 12 meses de doença hemorrágica epizootica e não estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e os animais foram vacinados com uma vacina inativada, pelo menos 60 dias antes da data de expedição para a União, contra todos os serótipos de febre catarral ovina ... (indicar serótipos), que são os presentes na população de base tal como demonstrado através de um programa de vigilância (⁵), numa área com um raio de 150 km em redor da(s) exploração(ões) de origem descrita(s) na casa I.11, e os animais ainda se encontram no período de imunidade garantido nas especificações da vacina;]</p> <p>(²) (³) quer [d] esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne desde o nascimento ou pelo menos nos 60 dias anteriores à expedição;]</p> <p>(²) (³) quer [d] esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne pelo menos nos 28 dias anteriores à expedição e reagiram negativamente a uma prova serológica conforme ao Manual da OIE para a deteção de anticorpos da febre catarral ovina, efetuada pelo menos 28 dias após o início do período de residência;]</p> <p>(²) (³) quer [d] esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne pelo menos nos 14 dias anteriores à expedição e reagiram negativamente a um teste de PCR para o vírus da febre catarral ovina conforme ao Manual da OIE, efetuada pelo menos 14 dias após o início do período de residência;]</p> <p>II.2.2. permaneceram no território descrito no ponto II.2.1 desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos últimos três meses antes da expedição para a União e não tiveram qualquer contacto com biungulados importados nos últimos 30 dias;</p>		

PAÍS

Modelo OVI-Y

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
II.2.3.	<p>permaneceram desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos 40 dias anteriores à expedição na(s) exploração(ões) descrita(s) na casa I.11:</p> <p>a) nessa(s) exploração(ões) e em seu redor não se verificou, numa área com um raio de 150 km, qualquer caso/foco de doença hemorrágica epizootica nos 60 dias anteriores; e</p> <p>b) nessa(s) exploração(ões) e em seu redor não se verificou, numa área com um raio de 10 km, qualquer caso/foco de febre aftosa, peste bovina, febre do vale do Rift, febre catarral ovina, peste dos pequenos ruminantes, varíola ovina e caprina, peripneumonia contagiosa caprina e estomatite vesiculosa nos 40 dias anteriores;</p>		
II.2.4.	não são animais que devam ser mortos ao abrigo de um programa nacional de erradicação de doenças, nem foram vacinados contra as doenças referidas no ponto II.2.1, alíneas a) e b);		
II.2.5.	são animais que são/foram ⁽²⁾ expedidos da(s) exploração(ões) de origem sem terem passado por qualquer mercado:		
(²) quer	[diretamente para a União]		
(²) quer	<p>[para o centro de agrupamento oficialmente aprovado descrito na casa I.13, situado no território descrito no ponto II.2.1,]</p> <p>e, até serem expedidos para a União:</p> <p>a) não estiveram em contacto com quaisquer outros biungulados que não respeitassem os requisitos sanitários descritos no presente certificado, e</p> <p>b) não estiveram em qualquer local onde, nem aí nem num raio de 10 km em seu redor, se tenha verificado nos 30 dias anteriores um caso/foco de qualquer das doenças referidas no ponto II.2.1;</p>		
II.2.6.	<p>foram mantidos continuamente, desde o seu nascimento, num país em que as seguintes condições são satisfeitas:</p> <p>a) o tremor epizootico clássico é de notificação obrigatória;</p> <p>b) está em funcionamento um sistema de sensibilização, vigilância e monitorização relativamente ao tremor epizootico clássico;</p> <p>c) os ovinos e caprinos afetados pelo tremor epizootico clássico são mortos e totalmente destruídos;</p> <p>d) a alimentação de animais das espécies ovina e caprina com farinhas de carne e de ossos ou torresmos provenientes de ruminantes foi proibida, tendo essa proibição sido aplicada de forma eficaz em todo o território do país, pelo período de, pelo menos, os últimos sete anos;</p>		
II.2.7.	foram carregados em contentores ou veículos de transporte limpos e desinfetados antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado;		
II.2.8.	foram examinados por um veterinário oficial nas 24 horas anteriores ao carregamento e não apresentavam qualquer sinal clínico de doença;		
II.2.9.	foram carregados para expedição para a União em (dd/mm/aaaa) ⁽⁴⁾ no meio de transporte descrito na casa I.15, que foi limpo e desinfetado antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado e que foi construído de forma a que os excrementos, a urina, os materiais de cama e as forragens não possam escorrer ou cair do veículo ou contentor durante o transporte.		
II.3.	<p>Atestado de transporte dos animais</p> <p>O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos foram tratados antes e aquando do carregamento em conformidade com as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 1/2005, nomeadamente no que diz respeito ao abeberamento e à alimentação, e estão aptos para o transporte previsto.</p>		
<p>Notas</p> <p>O presente certificado aplica-se aos ovinos domésticos (<i>Ovis aries</i>) e caprinos domésticos (<i>Capra hircus</i>) vivos, destinados a abate imediato após a importação.</p> <p>Após a importação, os animais devem ser encaminhados sem demora para o matadouro de destino para serem abatidos num prazo de cinco dias úteis.</p>			

PAÍS

Modelo OVI-Y

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
Parte I:			
— Casa I.8:	Indicar o código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
— Casa I.13:	O centro de agrupamento, se o houver, deve respeitar as condições de aprovação estabelecidas no anexo I, parte 5, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
— Casa I.15:	Indicar o número de registo/matricula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Em caso de descarregamento e recarregamento, o expedidor deve informar o PIF de entrada na União.		
— Casa I.19:	Utilizar o código SH adequado: 01.04.10 ou 01.04.20.		
— Casa I.23:	No caso de contentores ou caixas, indicar o número do contentor e o número do selo (se for caso disso).		
— Casa I.28:	<p>Sistema de identificação: os animais devem ostentar:</p> <p>um número individual que permita rastreá-los até às respetivas instalações de origem. Especificar o sistema de identificação (marca, tatuagem, estigma, pastilha, transponder) e a parte anatómica do animal utilizada,</p> <p>uma marca auricular que contenha o código ISO do país de exportação. O número individual deve permitir rastreá-los até às respetivas instalações de origem.</p> <p><i>Espécie:</i> seleccionar entre “<i>Ovis aries</i>” e “<i>Capra hircus</i>”, conforme adequado.</p> <p><i>Idade:</i> meses.</p> <p><i>Sexo:</i> (M = macho, F = fêmea, C = castrado).</p>		
Parte II:			
(1)	Código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
(2)	Riscar o que não interessa.		
(3)	Apenas para um território marcado, no anexo I, parte 1, coluna 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, com “ XIII ”, indicando um estatuto oficial de indemnidade sazonal de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica. Em conformidade com o Código Sanitário dos Animais Terrestres da OIE, considera-se que o período de indemnidade sazonal termina imediatamente se os dados climáticos ou os dados do programa de vigilância indicarem um ressurgimento precoce da atividade dos <i>Culicoides</i> adultos.		
(4)	Data de carregamento. As importações destes animais não serão autorizadas quando os animais tiverem sido carregados, quer antes da data de autorização de exportação para a União a partir do país terceiro, território ou parte destes mencionado nas casas I.7 e I.8, quer durante um período em que tenham sido adotadas pela União medidas de restrição das importações desses animais a partir desse país terceiro, território ou parte destes.		
(5)	Programa de vigilância, tal como previsto no anexo I do Regulamento (CE) n.º 1266/2007 da Comissão (JO L 283 de 27.10.2007, p. 37).		
Veterinário oficial			
Nome (em maiúsculas):		Cargo e título:	
Data:		Assinatura:»	
Carimbo:			

iv) o modelo de certificado veterinário RUM passa a ter a seguinte redação:

«Modelo RUM

PAÍS:

Certificado veterinário para a UE

Parte I: Detalhes relativos à remessa expedida	I.1. Expedidor Nome Endereço Tel.				I.2. N.º de referência do certificado		I.2.a.									
					I.3. Autoridade central competente											
					I.4. Autoridade local competente											
	I.5. Destinatário Nome Endereço Código postal Tel.				I.6.											
	I.7. País de origem		Código ISO		I.8. Região de origem		Código		I.9. País de destino		Código ISO		I.10. Região de destino		Código	
	I.11. Local de origem Nome Endereço Número de aprovação				I.12.											
	I.13. Local de carregamento Endereço Número de aprovação				I.14. Data da partida											
I.15. Meio de transporte Avião <input type="checkbox"/> Navio <input type="checkbox"/> Vagão ferroviário <input type="checkbox"/> Veículo rodoviário <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Identificação Referências documentais				I.16. PIF de entrada na UE												
				I.17. N.ºs CITES												
I.18. Descrição da mercadoria								I.19. Código da mercadoria (código SH)								
								I.20. Quantidade								
I.21.								I.22. Número de embalagens								

I.23. N.º do selo/do contentor		I.24.		
I.25. Mercadorias certificadas para:				
Reprodução <input type="checkbox"/>		Engorda <input type="checkbox"/>		Abate <input type="checkbox"/>
I.26.		I.27. Para importação ou admissão na UE <input type="checkbox"/>		
I.28. Identificação das mercadorias				
Espécie (designação científica)	Sistema de identificação	Número de identificação	Idade	Sexo

PAÍS		Modelo RUM	
II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
Parte II: Certificação	II.1 Atestado de saúde pública		
	O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais descritos no presente certificado:		
	II.1.1.	provêm de uma exploração que não foi alvo de qualquer proibição oficial por razões sanitárias, nos últimos 42 dias, no caso da brucelose e da tuberculose, nos últimos 30 dias, no caso do carbúnculo, e nos últimos seis meses, no caso da raiva, e não estiveram em contacto com animais de explorações que não respeitassem essas condições;	
	II.1.2.	não receberam:	
	—	quaisquer estilbenos ou substâncias tireostáticas,	
	—	substâncias com efeito estrogénico, androgénico ou gestagénico ou β -agonistas, a não ser para tratamento terapêutico ou tratamento zootécnico (conforme definidos na Diretiva 96/22/CE).	
	II.2. Atestado de sanidade animal		
	O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos satisfazem os seguintes requisitos:		
	II.2.1.	provêm do território com o código: (1) e, na data de emissão do presente certificado:	
	a)	esse território estava indemne, há 24 meses, de febre aftosa, há 12 meses, de peste bovina, febre do vale do Rift, peripneumonia contagiosa bovina, dermatite nodular contagiosa, peste dos pequenos ruminantes, varíola ovina e caprina, peripneumonia contagiosa caprina e, há 6 meses, de estomatite vesiculosa,	
b)	não tinha sido efetuada nesse território, nos últimos 12 meses, qualquer vacinação contra a febre aftosa, peste bovina, febre do vale do Rift, peripneumonia contagiosa bovina, dermatite nodular contagiosa, peste dos pequenos ruminantes, varíola ovina e caprina, peripneumonia contagiosa caprina e doença hemorrágica epizootica e, nos últimos 24 meses, contra a febre catarral ovina, não sendo permitidas as importações de biungulados vacinados contra essas doenças;		
(2) quer	[c]	esse território estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e há 12 meses de doença hemorrágica epizootica;]	
(2) (6) quer	[c]	esse território estava indemne há 24 meses de febre catarral ovina e os animais reagiram negativamente a uma prova serológica para deteção dos anticorpos da febre catarral ovina e da doença hemorrágica epizootica, efetuada por duas vezes em amostras de sangue colhidas no início do período de isolamento/quarentena e, pelo menos, 28 dias mais tarde, em (dd/mm/aaaa) e em (dd/mm/aaaa), tendo a segunda amostra sido colhida nos 10 dias anteriores à exportação;]	
(2) (9) quer	[c]	esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne desde o nascimento ou pelo menos nos 60 dias anteriores à expedição;]	
(2) (9) quer	[c]	esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne pelo menos nos 28 dias anteriores à expedição e reagiram negativamente a uma prova serológica conforme ao Manual da OIE para a deteção de anticorpos da febre catarral ovina, efetuada pelo menos 28 dias após o início do período de residência;]	
(2) (9) quer	[c]	esse território está sazonalmente indemne de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica e os animais foram mantidos, durante o período de indemnidade sazonal, no território sazonalmente indemne pelo menos nos 14 dias anteriores à expedição e reagiram negativamente a um teste de PCR para o vírus da febre catarral ovina conforme ao Manual da OIE, efetuado pelo menos 14 dias após o início do período de residência;]	
II.2.2.	permaneceram		
(2) quer	[no território descrito no ponto II.2.1 desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos últimos seis meses antes da expedição para a União e não tiveram qualquer contacto com biungulados importados para esse território há menos de seis meses;]		

PAÍS

Modelo RUM

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
(²) quer	[no país de expedição durante, pelo menos, 60 dias desde a entrada, se são animais das espécies pertinentes constantes da lista indicada no anexo I, parte 7, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 e foram importados diretamente de um país terceiro, nas condições especificadas para cada espécie no anexo I, parte 7, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, durante um período de menos de seis meses anterior à expedição para a União, tendo sido, em todo o caso, separados dos outros animais que não são do mesmo estatuto sanitário após terem obtido autorização de saída no país de exportação e antes da exportação para a União (³);]		
II.2.3.	permaneceram desde o seu nascimento ou, pelo menos, nos 40 dias anteriores à expedição na exploração/no estabelecimento (²) descrita/o nas casas I.11 e I.13:		
a)	onde e em redor da/do qual não se verificou, numa área com um raio de 150 km, qualquer caso/foco de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica nos 60 dias anteriores; e		
b)	onde e em redor da/do qual não se verificou, numa área com um raio de 10 km, qualquer caso/foco das outras doenças referidas no ponto II.2.1 nos 40 dias anteriores;		
II.2.4.	não são animais que devam ser mortos ao abrigo de um programa nacional de erradicação de doenças, nem foram vacinados contra nenhuma das doenças referidas no ponto II.2.1, e:		
(²) (⁴) quer	[provêm de um efetivo reconhecido como oficialmente indemne de tuberculose, e]		
(²) (⁵) quer	[foram submetidos a uma prova da tuberculina intradérmica nos últimos 30 dias, com resultados negativos, e]		
	não foram vacinados contra a brucelose, e:		
(²) (⁴) quer	[provêm de um efetivo reconhecido como oficialmente indemne de brucelose;]		
(²) (⁵) quer	[foram submetidos, nos últimos 30 dias, a uma prova de seroaglutinação na qual apresentaram uma contagem brucélica inferior a 30 UI de aglutinação por mililitro;]		
(²) quer	[são machos castrados de qualquer idade;]		
II.2.5.	tanto quanto é do meu conhecimento e de acordo com a declaração escrita do proprietário, os animais:		
a)	não provêm de explorações/estabelecimentos (²), e não estiveram em contacto com animais de explorações/estabelecimentos, nas/nos quais tenham sido detetadas clinicamente as seguintes doenças:		
i)	agalaxia contagiosa dos ovinos ou caprinos (<i>Mycoplasma agalactiae</i> , <i>Mycoplasma capricolum</i> , <i>Mycoplasma mycoides</i> var. <i>mycoides</i> "large colony"), nos últimos seis meses,		
ii)	paratuberculose e linfadenite caseosa, nos últimos 12 meses,		
iii)	adenomatose pulmonar, nos últimos três anos, e		
iv)	<i>Maedi/Visna</i> ou artrite/encefalite viral caprina,		
(²) quer	[nos últimos três anos,]		
(²) quer	[nos últimos 12 meses, tendo todos os animais infetados sido abatidos e tendo os restantes subsequentemente reagido negativamente a dois testes efetuados com um intervalo de, pelo menos, seis meses,]		
b)	estão abrangidos por um sistema oficial de declaração obrigatória dessas doenças, e		
c)	estiveram indemnes de tuberculose e brucelose nos três anos anteriores à exportação, o que foi determinado pela ausência de provas clínicas ou outras;		
II.2.6.	são expedidos da exploração ou estabelecimento descritos nas casas I.11 e I.13 diretamente para a União e, até à expedição para a União:		
a)	não estiveram em contacto com quaisquer outros biungulados que não respeitassem os requisitos sanitários descritos no presente certificado, e		

PAÍS

Modelo RUM

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
	<p>b) não estiveram em qualquer local onde, nem aí nem num raio de 10 km em seu redor, se tenha verificado nos 30 dias anteriores um caso/foco de qualquer das doenças referidas no ponto II.2.1;</p> <p>II.2.7. foram carregados em contentores ou veículos de transporte limpos e desinfetados antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado;</p> <p>II.2.8. foram examinados por um veterinário oficial nas 24 horas anteriores ao carregamento e não apresentavam qualquer sinal clínico de doença;</p> <p>II.2.9. foram carregados para expedição para a União em (dd/mm/aaaa) ⁽⁷⁾ no meio de transporte descrito na casa I.15, que foi limpo e desinfetado antes do carregamento com um desinfetante oficialmente aprovado e que foi construído de forma a que os excrementos, a urina, os materiais de cama e as forragens não possam escorrer ou cair do veículo ou contentor durante o transporte.</p>		
II.3.	<p>Atestado de transporte dos animais</p> <p>O abaixo assinado, veterinário oficial, certifica que os animais acima descritos foram tratados antes e aquando do carregamento em conformidade com as disposições pertinentes do Regulamento (CE) n.º 1/2005, nomeadamente no que diz respeito ao abeberamento e à alimentação, e estão aptos para o transporte previsto.</p>		
⁽²⁾ ⁽⁸⁾	<p>II.4. Requisitos específicos</p> <p>II.4.1. Segundo as informações oficiais, não se registaram nos últimos 12 meses provas clínicas ou patológicas de rinotraqueite infecciosa dos bovinos (RIB) na exploração/no estabelecimento ⁽²⁾ de origem referida/o nas casas I.11 e I.13;</p> <p>II.4.2. os animais referidos na casa I.28:</p> <p>a) foram, nos 30 dias imediatamente anteriores à expedição para exportação, isolados em instalações aprovadas pela autoridade competente; e</p> <p>b) foram submetidos a uma prova serológica para deteção da RIB em soro colhido pelo menos 21 dias após a entrada em isolamento, com resultados negativos, tendo todos os animais em isolamento apresentado também resultados negativos nessa prova; e</p> <p>c) não foram vacinados contra a RIB;</p> <p>⁽²⁾ [II.4.3. (outros requisitos e/ou testes)]</p>		
<p>Notas</p> <p>O presente certificado aplica-se a animais vivos da ordem Artiodactyla [excluindo bovinos (incluindo as espécies <i>Bubalus</i> e <i>Bison</i> e respetivos cruzamentos), <i>Ovis aries</i>, <i>Capra hircus</i>, Suidae e Tayassuidae], e das famílias Rhinocerotidae e Elephantidae. Utilizar um certificado por espécie.</p> <p>Após a importação, os animais devem ser encaminhados sem demora para a exploração de destino, onde devem permanecer por um período mínimo de 30 dias antes de qualquer outra deslocação para o exterior da exploração, exceto no caso de expedição para um mata</p>			
<p>Parte I:</p> <p>— Casa I.8: Indicar o código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.</p> <p>— Casa I.13: O centro de agrupamento, se o houver, deve respeitar as condições de aprovação estabelecidas no anexo I, parte 5, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.</p> <p>— Casa I.15: Indicar o número de registo/matricula (carruagens ferroviárias ou contentores e camiões), número do voo (avião) ou nome (navio). Em caso de descarregamento e recarregamento, o expedidor deve informar o PIF de entrada na União.</p> <p>— Casa I.19: Utilizar o código SH adequado: 01.02, 01.04.10, 01.04.20 ou 01.06.19.</p>			

PAÍIS

Modelo RUM

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
—	Casa I.23:	No caso de contentores ou caixas, indicar o número do contentor e o número do selo (se for caso disso).	
—	Casa I.28:	<p>Sistema de identificação: especificar o sistema de identificação (marca, tatuagem, estigma, pastilha, transpônder). A marca auricular contém o código ISO do país de exportação. O número individual deve permitir rastreá-los até às respetivas instalações de origem.</p> <p>Idade: meses.</p> <p>Sexo (M = macho, F = fêmea, C = castrado).</p> <p>Espécie: selecionar a espécie, consoante o caso, entre as enumeradas para as seguintes famílias:</p> <p>Antilocapridae: <i>Antilocapra</i> spp.;</p> <p>Bovidae: <i>Addax</i> spp., <i>Aepyceros</i> spp., <i>Alcelaphus</i> spp., <i>Ammodorcas</i> spp., <i>Ammotragus</i> spp., <i>Antidorcas</i> spp., <i>Antilope</i> spp., <i>Boselaphus</i> spp., <i>Budorcas</i> spp., <i>Capra</i> spp. (excluindo <i>Capra hircus</i>), <i>Cephalophus</i> spp., <i>Connochaetes</i> spp., <i>Damaliscus</i> spp. (incluindo <i>Beatragus</i>), <i>Dorcatragus</i> spp., <i>Gazella</i> spp., <i>Hemitragus</i> spp., <i>Hippotragus</i> spp., <i>Kobus</i> spp., <i>Litocranius</i> spp., <i>Madoqua</i> spp., <i>Naemorhedus</i> spp. (incluindo <i>Nemorhaedus</i> e <i>Capricornis</i>), <i>Neotragus</i> spp., <i>Oreamnos</i> spp., <i>Oreotragus</i> spp., <i>Oryx</i> spp., <i>Ourebia</i> spp., <i>Ovibos</i> spp., <i>Ovis</i> spp. (excluindo <i>Ovis aries</i>), <i>Pantholops</i> spp., <i>Pelea</i> spp., <i>Procapra</i> spp., <i>Pseudois</i> spp., <i>Pseudoryx</i> spp., <i>Raphicerus</i> spp., <i>Redunca</i> spp., <i>Rupicapra</i> spp., <i>Saiga</i> spp., <i>Sigmoceros-Alecelaphus</i> spp., <i>Sylvicapra</i> spp., <i>Syncerus</i> spp., <i>Taurotragus</i> spp., <i>Tetracerus</i> spp., <i>Tragelaphus</i> spp. (incluindo <i>Boocerus</i>).</p> <p>Camelidae: <i>Camelus</i> spp., <i>Lama</i> spp., <i>Vicugna</i> spp.</p> <p>Cervidae: <i>Alces</i> spp., <i>Axis-Hyelaphus</i> spp., <i>Blastoceros</i> spp., <i>Capreolus</i> spp., <i>Cervus-Rucervus</i> spp., <i>Dama</i> spp., <i>Elaphurus</i> spp., <i>Hippocamelus</i> spp., <i>Hydropotes</i> spp., <i>Mazama</i> spp., <i>Megamuntiacus</i> spp., <i>Muntiacus</i> spp., <i>Odocoileus</i> spp., <i>Ozotoceros</i> spp., <i>Pudu</i> spp., <i>Rangifer</i> spp.</p> <p>Giraffidae: <i>Giraffa</i> spp., <i>Okapia</i> spp.</p> <p>Hippopotamidae: <i>Hexaprotodon-Choeropsis</i> spp., <i>Hippopotamus</i> spp.,</p> <p>Moschidae: <i>Moschus</i> spp.</p> <p>Tragulidae: <i>Hyemoschus</i> spp., <i>Tragulus-Moschiola</i> spp.,</p> <p>Rhinocerotidae: <i>Ceratotherium</i> spp., <i>Dicerorhinus</i> spp., <i>Diceros</i> spp., <i>Rhinoceros</i> spp.</p> <p>Elephantidae: <i>Elephas</i> spp., <i>Loxodonta</i> spp.</p>	

Parte II:

- (¹) Código de território tal como consta do anexo I, parte 1, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.
- (²) Riscar o que não interessa.
- (³) Neste caso, o certificado sanitário tem de ser acompanhado pelo documento oficial relativo às condições de quarentena e de realização de testes constante do anexo I, parte 2, do Regulamento (UE) n.º 206/2010 (modelo "CAM").
- (⁴) As regiões ou efetivos oficialmente indemnes de tuberculose/brucelose reconhecidos como respeitando requisitos equivalentes aos estabelecidos no anexo A da Diretiva 64/432/CEE e que estão marcados, no anexo I, parte 1, coluna 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, com "VII", no que diz respeito à tuberculose, e com "VIII", no que diz respeito à brucelose.

PAÍS

Modelo RUM

II.	Informações sanitárias	II.a. Número de referência do certificado	II.b.
(⁵)	Testes efetuados segundo os protocolos descritos, para cada doença, no anexo I, parte 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010. No entanto, para a prova da tuberculina, considera-se positivo um resultado de um aumento igual ou superior a 2 mm da espessura da prega de pele ou sinais clínicos tais como edema, exsudação, necrose, dor e/ou inflamação.		
(⁶)	Garantias suplementares a fornecer quando forem exigidas, pela indicação “A”, no anexo I, parte 1, coluna 5, “GS”, do Regulamento (UE) n.º 206/2010. Testes para a febre catarral ovina e para a doença hemorrágica epizootica em conformidade com o anexo I, parte 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010.		
(⁷)	Data de carregamento. As importações destes animais não serão autorizadas quando os animais tiverem sido carregados, quer antes da data de autorização de exportação para a União a partir do país terceiro, território ou parte destes mencionado nas casas I.7 e I.8, quer durante um período em que tenham sido adotadas pela União medidas de restrição das importações desses animais a partir desse país terceiro, território ou parte destes.		
(⁸)	Quando exigido pelo Estado-Membro da UE de destino.		
(⁹)	Apenas para um território marcado, no anexo I, parte 1, coluna 6, do Regulamento (UE) n.º 206/2010, com “XIII”, indicando um estatuto oficial de indemnidade sazonal de febre catarral ovina e de doença hemorrágica epizootica. Em conformidade com o Código Sanitário dos Animais Terrestres da OIE, considera-se que o período de indemnidade sazonal termina imediatamente se os dados climáticos ou os dados do programa de vigilância indicarem um ressurgimento precoce da atividade dos <i>Culicoides</i> adultos.		
<p>Veterinário oficial</p> <p>Nome (em maiúsculas):</p> <p>Data:</p> <p>Carimbo:</p> <p>Cargo e título:</p> <p>Assinatura:»</p>			

2. A parte 1 do anexo II do Regulamento (UE) n.º 206/2010 é alterada do seguinte modo:

a) A entrada relativa à Argentina passa a ter a seguinte redação:

«AR - Argentina	AR-0	Todo o país	EQU				
	AR-1	As províncias de: parte de Buenos Aires (exceto o território incluído em AR-4), Catamarca, Corrientes, Entre Ríos, La Rioja, Mendoza, Misiones, San Juan, San Luis, Santa Fe, Tucuman, Cordoba, La Pampa, Santiago del Estero, Chaco, Formosa, Jujuy, Salta (exceto o território incluído em AR-3)	BOV RUF RUW	A	1		1 de agosto de 2010
	AR-2	As províncias de: Chubut, Santa Cruz, Tierra del Fuego, parte de Neuquén (exceto o território incluído em AR-4), parte de Río Negro (exceto o território incluído em AR-4)	BOV OVI RUW RUF				1 de agosto de 2008
	AR-3	Parte de Salta: a zona de 25 km, a partir da fronteira com a Bolívia e o Paraguai, que se estende do distrito de Santa Catalina, na província de Jujuy, até ao distrito de Laishi na província de Formosa (a antiga zona tampão de alta vigilância)	BOV RUF RUW	A	1		1 de julho de 2016
	AR-4	As províncias de: parte de Neuquén (em Confluencia, a zona localizada a leste da estrada provincial 17 e, em Picun Leufú, a zona localizada a leste da estrada provincial 17), parte da província de Río Negro (em Avellaneda, a zona localizada a norte da estrada provincial 7 e a leste da estrada provincial 250, em Conesa, a zona localizada a leste da estrada provincial 2, em EL Cuy, a zona localizada a norte da estrada provincial 7 desde a sua intersecção com a estrada provincial 66 até à fronteira com o departamento de Avellaneda e, em San Antonio, a zona localizada a leste das estradas provinciais 250 e 2), parte de Buenos Aires [<i>Partido</i> (distrito) de Patagones]	BOV OVI RUW RUF				8 de julho de 2019»

b) A linha relativa a MK-0 passa a ter a seguinte redação:

«MK – República da Macedónia do Norte	MK-0	Todo o país	BOV, OVI, EQU»				
---------------------------------------	------	-------------	----------------------	--	--	--	--

c) São suprimidas as seguintes notas de rodapé:

«⁽⁴⁾ Antiga República jugoslava da Macedónia: código provisório que não presume, de forma alguma, da nomenclatura definitiva a aplicar a este país, que será objeto de acordo após a conclusão das negociações a este respeito atualmente em curso nas Nações Unidas.»

«⁽⁷⁾ Para “RUW”: exceto os seguintes departamentos da província de Corrientes: os departamentos de Berón de Astrada, Capital, Empedrado, General Paz, Itati, Mbucuruyá, San Cosme e San Luís del Palmar.»
